

A DEMOCRACIA NO BRASIL NAS DÉCADAS RECENTES – UMA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA DE AUDIÊNCIA?



<https://doi.org/10.22533/at.ed.305112521015>

Data de aceite: 03/02/2025

Nair Casagrande

Universidade Federal da Bahia

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Brasil; Participação

ABSTRACT: O objetivo geral do estudo é debater as características político-institucionais, a participação política e a democracia no Brasil, nas décadas recentes, a partir da revisão bibliográfica bem como dados da realidade brasileira. Vivemos em tempos caracterizados pelo aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, com um ator não coletivo vivendo no espaço privado da domesticidade, atuando como espectador de um espetáculo da comunicação midiática e recitado pelos personagens políticos (URBINATI, 2013). Vivemos um declínio das relações de identificação entre representantes e representados (MANIN, 1995). A revisão demonstrou que, no campo subjetivo, político e ideológico, a racionalidade neoliberal mobilizou, e legitimou, forças antidemocráticas neste início do século XXI, com o ataque neoliberal à democracia impactando na lei, na cultura, na subjetividade, na cidadania e na política. Os resultados evidenciam que podemos estar vivendo um processo político transitório, de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência sob a prática política do modelo democrático elitista.

INTRODUÇÃO

Os sistemas políticos caracterizados como democráticos tem enfrentado grandes desafios na atualidade, ao início do século XXI, diante das rápidas transformações da estrutura política e econômica, banhadas pelos processos do veloz desenvolvimento tecnológico e reconfigurações midiáticas. No Brasil, também podemos observar raízes sociopolíticas e institucionais da crise da democracia no país nos anos recentes.

Um processo de impedimento da presidenta eleita [2011-2016], Dilma Rousseff, que caracterizamos como um golpe parlamentar - ocorrido em 2016, durante o segundo ano, de seu segundo mandato - escancarou a insistente dominação de uma burguesia interna no Brasil. Essa classe demonstra priorizar os seus interesses individualistas sob qualquer preço, mesmo que isso possa significar a destruição de importantes pilares de uma democracia emergente no país.

Tal processo decorreu e preparou o terreno para que, em 2018, fossem reunidas as condições para a eleição de um presidente que aspira ser um autocrata, temperado com todos os traços possíveis do machismo, xenofobia, homofobia, misoginia, e representante de interesses pessoais, familiares e de setores econômicos e políticos conservadores que o apoiam.

Os atos do governo Jair Bolsonaro [2019-2022], demonstraram sua investida lenta contra a democracia, visando a sua corrosão gradativa. Dentre estas podemos citar a insistente desqualificação do sistema eletrônico de votação brasileiro, partindo para a defesa intransigente do retorno ao voto impresso; bem como o disparo constante de ataques à máxima corte judiciária brasileira.

Os abalos provocados em nossa democracia liberal emergente, impactaram toda a sociedade brasileira, e foram catalisados por um contexto de pandemia global da Covid-19, que teve sua origem em dezembro de 2019, em Wuhan, na China e, em poucos meses, propagou-se pelo mundo. O impacto, em suas várias dimensões, conduziu o Brasil a uma conjuntura atual de crise econômica, ambiental, de saúde coletiva, política, cultural, social, ética, moral, etc.

O objetivo geral deste trabalho é debater as características político-institucionais, a participação política e a democracia no Brasil, nas décadas recentes, a partir da revisão bibliográfica, bem como dados da realidade brasileira.

Levantamos a hipótese de pesquisa de que os elementos e fatos históricos das últimas décadas, na história recente brasileira, evidenciam que o país pode estar vivendo um processo político transitório, consolidando a transição de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, ou democracia de público.

O procedimento metodológico utilizado teve como base a pesquisa bibliográfica desenvolvida com material já elaborado constituídos por livros e artigos científicos, além de dados estatísticos secundários de órgãos oficiais do governo brasileiro e da pesquisa do Latinobarômetro (2021). O estudo se caracterizou como exploratório que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um determinado problema de pesquisa, visando torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, além de aprimorar ideias acerca de um determinado tema em estudo (GIL, 2002).

Para tanto tomamos como ponto de partida a seguinte questão investigativa: quais as características político-institucionais no Brasil e os processos de participação política frente à crise dos sistemas democráticos na atualidade brasileira?

Inicialmente debatemos a crise dos sistemas democráticos na contemporaneidade. Em seguida, apresentamos dados que podem caracterizar o sistema político institucional brasileiro, desde a história das últimas cinco décadas no país até a configuração do atual parlamento brasileiro. Encerramos com as considerações finais do trabalho.

A CRISE DA DEMOCRACIA NA CONTEMPORANEIDADE

As décadas que demarcam a virada do século XX para o início do século XXI demonstram transformações estruturais e impactos significativos na vida humana. Os processos produtivos intensificaram suas transformações com base nas profundas mudanças tecnológicas, expressando uma reestruturação produtiva intensa com forte tendência de precarização do trabalho. O impacto direto no trabalhador recria condições precárias de trabalho com avanço da terceirização, insegurança no trabalho, informalização das relações trabalhistas, alta rotatividade da força de trabalho, etc.

No campo subjetivo, político e ideológico, a racionalidade neoliberal, segundo Brown (2019) também preparou o terreno visando mobilizar e legitimar forças antidemocráticas nessas décadas iniciais do século XXI, demonstrando que o ataque neoliberal à democracia tem impacto na lei, na cultura e na subjetividade, e na política.

Para alguns autores, vivemos em tempos caracterizados pelo aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, com um ator não coletivo vivendo no espaço privado da domesticidade, que atua como receptor, ou espectador, de um espetáculo que é encenado por especialistas da comunicação midiática e recitado pelos personagens políticos (URBINATI, 2013).

Em seu trabalho, Brown (2019) argumenta que a ascensão da política antidemocrática foi promovida por meio de ataques à legitimidade e à prática da vida política democrática. A pesquisadora debate questões teorizando sobre como a racionalidade neoliberal preparou o terreno visando mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas na segunda década do século XXI. Nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valorização e o ataque neoliberal à democracia tem refletido na lei, na cultura política, bem como na subjetividade política.

Segundo Brown (2019), para compreender as raízes e as forças da situação atual é necessário avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberal, e não apenas as condições econômicas e os racismos que a geraram. Requer avaliar que a ascensão daquelas formações políticas nacionalistas autoritárias brancas teve origens na raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também desenhada por três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.

Não seria exagerado afirmar que o atual modelo hegemônico da democracia liberal vem enfrentando na atualidade a sua maior crise global desde o final da Guerra Fria. Os acontecimentos dos últimos anos, tanto em países da Europa ou EUA, ou tais como impeachment ocorrido no Brasil em 2016, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff, evidenciam a emergência de discursos explicitamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; além de eventual legitimação, através do voto popular, de partidos ou lideranças políticas populistas; assim como a utilização das instituições democráticas para fragilizar, minimizar ou romper a própria democracia (BALESTRIN, 2018).

O conceito de pós-democracia (re)conecta a política e a economia, sublinhando o esvaziamento da primeira, bem como a ampliação/colonização da segunda em suas múltiplas direções, considerando que a disputa entre a democracia e o neoliberalismo evidencia uma disputa entre a política e a economia, do povo (soberania popular) e elite (governo), além do nacional e do global. Assim, o poder das corporações globais contribui para o processo de esvaziamento da democracia, pois tais atores não apenas realizam pressão, mas participam ativamente dos processos políticos, tornando a democracia uma vítima do mercado (CROUCH, 2011 apud BALLESTRIN, 2018).

Conforme a autora, “A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.” (BALLESTRIN, 2018, p. 153).

Para a pesquisadora, a conjuntura pós-democrática atual pode ser caracterizada através de uma série de eventos, observados em escala global, tais como:

a) um recuo democrático no sentido hegemônico e formal possibilitado por dentro das próprias instituições democráticas; b) a crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista; c) a crescente colonização da esfera econômica internacional sobre a vida política nacional; d) o espraiamento da razão neoliberal para todas as esferas da vida pessoal e coletiva, inclusive política; e) o esvaziamento da política e da democracia. A crescente privatização internacional do poder pelas autoridades econômicas e o descontrole público sobre as mesmas evidencia a ausência da democracia liberal nos próprios regimes de governança global. A natureza política do sistema internacional é uma variável importante para o estímulo da onda pós-democrática. A terceira onda reversa se expressa na onda global da desdemocratização. (BALLESTRIN, 2018, p. 157).

O Brasil evidencia um exemplo de que as agendas neoliberal e neoconservadora, ao serem contrariadas e aliadas, podem produzir uma ruptura democrática com aparência democrática. Ao se acomodarem candidatos presidenciais de tendências neofascistas em cenários pós-democráticos se evidencia o limite da democracia representativa liberal ocidental.

O ensaio de *welfare state* à brasileira, realizado pelos governos do PT, foi sucumbido pela racionalidade neoliberal vinculada à racionalidade neoconservadora eleitora de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à época. Este foi eleito à presidência da república com aproximadamente cinquenta e oito milhões de votos, em outubro de 2018. A campanha eleitoral teve como marco a interdição do debate democrático, somando-se à prisão, em abril do mesmo ano, de Luis Inácio Lula da Silva (PT), candidato com a maior intenção de votos (BALLESTRIN, 2018).

Nas palavras da autora,

A crise política brasileira atual possui características de períodos de transição política. A incerteza e a indeterminação, características típicas de um período de transição, podem ser observadas através de um conjunto diferenciado de ações executivas, legislativas e judiciárias, amparadas pela burocracia institucional de diversas esferas da administração pública, da representação política e da repressão violenta das forças subnacionais de segurança aos protestos contra o “golpe” e suas reformas. Ao invés do retorno à “ditadura civil-militar” ou ao “estado de exceção”, que vigorou no Brasil por vinte e cinco anos (assumindo o ano de 1989 como seu marco final), a caracterização do estado brasileiro atual como “autoritário-burocrático-judicial”, poderia ser uma adaptação livre da clássica tese de Guillermo O'Donnell sobre os “estados burocráticos-autoritários” no Cone Sul (BALLESTRIN, 2018, p. 159).

As forças vinculadas ao Poder Judiciário, a Política Federal e ao Ministério Público, apresentam um protagonismo inédito na promoção de uma agenda nacional anticorrupção e, assim, descaracterizam e distorcem determinados sentidos da democracia bem como da justiça no país. No Brasil, o combate à corrupção por estes atores não fortaleceu a democracia, mas encaminhou o país à pós-democracia.

Apesar da existência de um conjunto de outros atores heterogêneos, além de instituições e personagens envolvidos e interessados no golpe constitucional de 2016, a predominância do complexo jurídico-econômico institucional voltado para a catalização desse processo demonstra a expansão global do poder judiciário através da judicialização da política, coincidindo com a mesma ascensão das pós-democracias nos anos 1990, mesmo que não se apresentem nexos e causalidades entre estes dois momentos.

Enfatizamos que

É possível sustentar que o Brasil foi introduzido no contexto global de recuo democrático e latino-americano das pós-democracias, onde a ruptura, a fragilização ou a relativização dos princípios básicos democráticos ocorrem por dentro de suas próprias instituições, sem recurso necessário à violência dos históricos golpes militares latino-americanos. Uma análise desse tipo, porém, demanda equilíbrio e ponderação não só quanto aos padrões históricos das rupturas democráticas no continente, mas também quanto a sua combinação à manifestação parcial de características típicas das pós-democracias. (BALLESTRIN, 2018, p. 160).

Os desafios à democracia, bem como à ciência política na contribuição de leitura dessa caracterização, estão colocados para o enfrentamento do atual momento histórico brasileiro, de ataque e riscos profundos que podem corroer ainda mais as frágeis estruturas da democracia liberal do país.

AS ESPECIFICIDADES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA – OS ABALOS NOS ANOS RECENTES

A vitória do campo da extrema direita, no pleito eleitoral de 2018 no Brasil, refletiu o núcleo do golpe parlamentar ocorrido no país em 2016. Este núcleo expressava a aliança do capital alinhado à burguesia interna que se consolidou nas urnas, diante de uma manipulação midiática através das notícias falsas (*fake news*).

Naquela conjuntura eleitoral, observamos uma ampliação da representatividade partidária, subindo de 15 para 21 partidos no Congresso Nacional. Apesar da força dos partidos de direita, as forças de esquerda, no âmbito eleitoral, conseguiram ser preservadas; sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) o partido que mais elegeu deputados federais (56), com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (10) e com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (09).

Recentemente, nas eleições ocorridas em outubro de 2022, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva, que teve sua elegibilidade política retomada, venceu as eleições, no segundo turno, com 50,90%, totalizando 60.345.999 milhões de votos. Já o concorrente, que buscava a reeleição para o segundo mandato, Jair Bolsonaro, pelo Partido Liberal (PL), alcançou 49,10%, com 58.206.354 votos (TSE, 2022). Esse resultado evidenciou a polarização intensa na qual a sociedade brasileira estava, e segue, vivendo bem como, de certa forma, a manutenção de força política do candidato derrotado nas urnas.

Essa expressão de força política de um projeto político conservador também pode ser evidenciada na acentuada eleição de parlamentares conservadores para o senado e câmara de deputados. O senado teve representantes de 15 diferentes bancadas representando 15 partidos distintos. Deste total, temos cinco bancadas que perfazem, em conjunto, dois terços do Senado com 54, do total de 81 senadores (SENADO NOTÍCIAS, 2022).

Estes cinco partidos mais representados, no senado são o Partido Liberal (PL), com 14 senadores; seguido pelo Partido Social Democrático (PSD), com 11; Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e União Brasil, com 10 representantes cada; e pelo PT com 9 senadores. Podemos observar essa distribuição no gráfico abaixo.

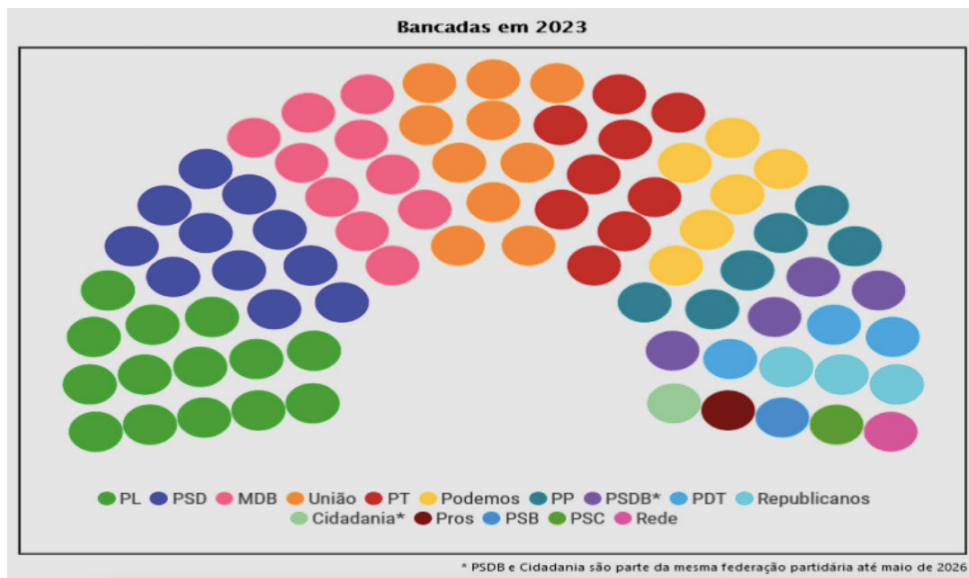


Gráfico 1 – Distribuição Partidária Senado Federal a partir de 2023

Fonte: Senado Notícias (2022).

No Senado Federal temos uma sub-representação das coligações de esquerda que também se configuraram na Câmara de Deputados. Isto é, a chamada Federação Brasil da Esperança – Fé Brasil [que reúne PT, PCdoB e o Partido Verde (PV)] e a Federação PSOL e REDE Sustentabilidade, estão completamente sub-representadas aqui no Senado Federal. Nesta casa, este campo de esquerda, somam apenas 10 parlamentares sendo PT [9], PCdoB [0]; PV [0]; e a articulação PSOL [0] e REDE [1].

Já, na Câmara de Deputados, observamos que os partidos de esquerda, que compõem a Federação Brasil da Esperança – Fé Brasil (PT/68, PCdoB/7, PV/6), somados à Federação PSOL REDE (PSOL/13, REDE/1), totalizam 95 representantes, do total de 513 deputados. Isto é, menos que um quarto do total de 513 deputados, confirmando uma maioria conservadora eleita para o atual período legislativo, conforme pode ser observado abaixo.



Gráfico 2 – Composição partidária da Câmara de Deputados no Brasil em 2023

Fonte: TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Outra característica importante a ser observada é o percentual de renovação da atual gestão no qual 58% [295] foi reeleito; 3% [17] são ex-deputados novamente eleitos; e apenas 39% [201] entram para uma primeira atuação como deputado federal. Observemos a seguir.

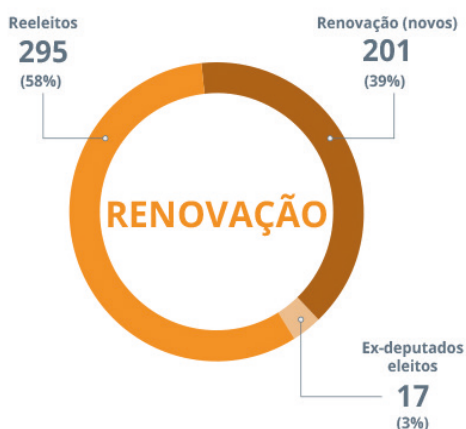


Gráfico 3 – Percentual de renovação dos deputados eleitos em 2023

Fonte: TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Da totalidade eleita, ainda destacamos a divisão por gênero no qual aparece bastante reduzido o número de mulheres com apenas 17% [90] das vagas, frente a 82% [423] de homens. Vejamos:

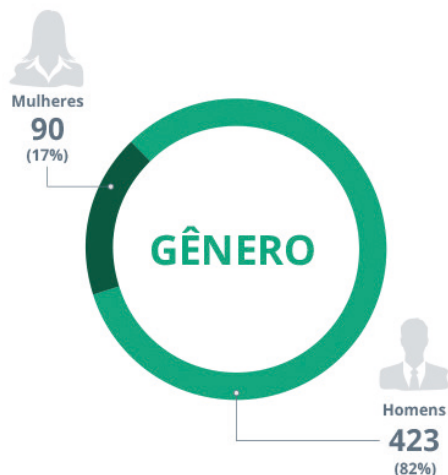


Gráfico 4 – Divisão por gênero dos deputados em 2023

Fonte: TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Em relação à representatividade de raça/cor temos 72,12% [370] brancos; 20,86% [107] pardos; 5,26% [27] pretos; 0,97 [5] indígenas; 0,58% [3] amarelos; e 0,19% [1] não informado.

Num panorama geral, analisando os dados citados, observamos que a representatividade parlamentar se concentra com homens brancos, o que parece ser uma sequência histórica desta forma de representação no país, com uma baixa representatividade da diversidade que compõe a sociedade brasileira.

Ainda, destaca-se uma sub-representação dos partidos que representam um campo da esquerda política e a continuidade da alta representação de setores conservadores e corporativistas, da chamada da bancada “BBB”, isto é, dos ruralistas (“do boi”); igrejas evangélicas (“da bíblia”); e armamentista (“da bala”), com grande maioria vinculado aos ideais do governo anterior, de um campo político da extrema direita.

Entendemos que as experiências recentes, das duas últimas décadas no Brasil, que pela primeira vez elegeu um presidente oriundo e representante da classe trabalhadora a partir de 2003, trouxeram à tona as contradições presentes no âmago desta sociabilidade e da história do país. As contradições de classe, o fosso da desigualdade social em suas várias dimensões como saúde, educação, moradia e concentração de renda, concentração da terra, mostram as entranhas de uma sociedade desigual, organizada sob uma democracia limitada, sob uma sociabilidade de relações capitalistas de exploração.

No debate da democracia é necessário analisarmos alguns importantes elementos que incidem na caracterização de um tipo determinado de sistema político, tais como suas características político-institucionais. No Brasil, do ponto de vista de sua história recente, observamos que essas características político-institucionais historicamente têm sido balizadas por ações governamentais autoritárias que impactam diretamente no processo democrático brasileiro.

Um fato histórico, demonstrativo de um permanente ataque à democracia pelos governos que ocupam o Estado brasileiro, através da aniquilação da garantia de direitos, pode ser visto na experiência do país sob a ditadura militar (1964-1985). No exemplo do golpe militar de 1964, ações autoritárias militares antecederam os atos institucionais e a intensa violência e repressão popular. Porém, na visão das forças armadas, tratava-se de deter o ‘caos, a desordem e a instabilidade política’. Esta ‘ambição salvacionista’ traduzia-se na expressão de ‘reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil’ (CODATO, 2004).

O processo de militarização implicou uma severa readequação da estrutura burocrática do Estado, a ascendência do Executivo sobre o Legislativo/Judiciário e a centralização do processo decisório em âmbito federal. A reforma administrativa de 1967 destinou-se à tarefa de modernizar a estrutura do aparelho do Estado. Desta forma, conforme Codato (2004), a militarização do aparelho do Estado brasileiro progressivamente caracterizou-se como uma tendência permanente e irreversível.

Segundo as análises do autor, destacam-se quatro principais pressupostos que caracterizam a conjuntura do período que influenciou a conversão de um ‘regime autoritário’, do pós-1964, em um regime ditatorial-militar a partir do ano de 1968.

Estes pressupostos que fundamentam sua análise são:

[...] a) a configuração política que decorre imediatamente do golpe de 1964 é resultado de um ‘autoritarismo de crise’ e não de um projeto das Forças Armadas para se constituir como grupo politicamente dirigente; b) a militarização do sistema político e o controle estrito da cena política pelas Forças Armadas foram antes um processo que um evento (ou um ‘fato’); c) esse processo de militarização do sistema estatal é simultâneo ao processo de centralização do poder decisório na cúpula do executivo federal e a sua causa imediata; e, por fim, d) o ponto culminante desses dois processos é o período 1969-1979 e esse encontro não é explicável sem referência aos conflitos políticos e sociais de 1968: principalmente à sua forma de solução (CODATO, 2004, p. 15).

Um exemplo importante desse momento viu-se no Ato Institucional n. 5 (AI-5), um decreto da ditadura militar do dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Artur da Costa e Silva. Alguns historiadores apontam o AI-5 como tendo inaugurado o período mais duro e sombrio da ditadura militar instaurada no país desde 1964. Esse ato resultou de uma queda de braços no interior dos meios militares, levando o grupo vencedor a endurecer o regime, visando governar o Brasil de forma autoritária em longo prazo.

Dentre as ações desse ato, constituído por doze artigos, proibiu-se a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, o fechamento do Congresso Nacional pela primeira vez desde 1937, além de autorizar o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, cassar mandatos, demitir pessoas do serviço público e intervir em Estados e municípios.

É importante ainda sublinhar que de um modo geral o processo de resistência ao governo, tal como uma frente ampla de oposição, juntamente com o movimento estudantil, apresenta ações que contextualizaram tal endurecimento. A intensificação de protestos estudantis entre 1967-1968 evidencia a eclosão das manifestações anti-ditatoriais que uniu camadas médias tradicionais, profissionais liberais e o movimento feminista.

Conforme Codato (2004, p. 22), dois elementos permitiram o encontro político destes diferentes atores, sendo estes, **a)** o caráter anti-ditatorial e anti-repressivo das manifestações e, **b)** o efeito social provocado pela política econômica acentuadamente excludente.

Frente a este contexto, aumentou a tendência, no cerne do governo, de resolver a crise política através da redução de todo espaço para a agitação popular, intensificando a repressão com os atos institucionais ao longo de 1968, demonstrando o sufocamento de quaisquer garantias democráticas no país.

Até os anos de 1974, houve a intensificação dos chamados ‘anos de chumbo’, com a derrota da esquerda que pegou em armas. A partir de meados desta década, houve então uma abertura lenta, gradual e segura àqueles que estavam no comando do Estado brasileiro, desencadeando assim a suspensão da censura à imprensa e a anulação do AI-5 em outubro de 1978.

Num olhar histórico deste processo, ao chegarmos à década de 1980, observaremos que a crise do regime militar, que enfrentou uma grave crise econômica, bem como a consequente democratização política do Brasil, impulsão crucial dada pela crise do Estado desenvolvimentista (SALLUM JUNIOR, 1996). Este período também levou à aprovação da eleição direta para presidência da república a partir de 1988.

Para Sallum Júnior (1996), a crise que se instaura no Brasil a partir de 1983 quebra o padrão hegemônico de dominação vigente desde os anos de 1930, visto que o núcleo governamental não mais consegue dirigir a aliança desenvolvimentista e a sociedade como um todo. Esse processo também foi determinado por fatores externos que, além de precipitarem e acelerar uma crise, também moldou a sua superação.

Assim, a história marcou o período de transição gradual, a partir de 1984/1985, caracterizado por Munck e Leff (1997) de transição através de reformas negociadas, conforme se caracteriza o caso do Brasil.

As reformas negociadas historicamente vêm se consolidando como um conjunto particular de políticas e disposições institucionais que permitem estruturar a representação dos interesses. Com isso, estruturou-se um corporativismo estatal que se refere a um conjunto de disposições que concedem privilégios, ou criam-se grupos de interesse, visando regular o seu número e dando aparência de um monopólio quase representativo com prerrogativas especiais (STEPAN, 1980). Estas práticas de corporativismo estatal são profundamente atuais, considerando-se os dados que caracterizam o parlamento brasileiro em 2023, conforme apontamos ao início deste tópico.

Entendemos que o corporativismo estatal também tem impactado diretamente na garantia dos processos democráticos no Brasil, intensificando, no Estado, relações de interesses corporativistas, de grupos que buscam, a qualquer custo, garantir os interesses de sua minoria em detrimento dos interesses da coletividade social. Estes grupos acabam por se caracterizar como elites políticas em defesa de seus interesses próprios e corporativos. Ainda, tal como os dados citados anteriormente evidenciam, a representação por raça e gênero no congresso brasileiro também evidencia grande disparidade na representatividade social.

Segundo Stepan (1980), através do sistema político vigente no Estado brasileiro, muitas elites, passadas e presentes, têm usado essas políticas corporativas para estruturar a representação dos seus interesses, caracterizando um sistema democrático baseado nas elites representativas de interesses corporativistas. Esse modelo de democracia elitista corresponde à perspectiva do modelo minimalista que sofre críticas na sua aplicação à realidade brasileira por Miguel (2014).

A predominância de um modelo democrático elitista na história empírica recente no Brasil também evidencia repercussões no campo acadêmico. O debate do sistema democrático baseado numa perspectiva elitista tem sido presente no campo da ciência política.

Na concepção minimalista de Schumpeter, a democracia não significa que o povo governa, mas que o povo tem a oportunidade de aceitar, ou recusar, as pessoas designadas para que o governe. Segundo o economista,

[...] de acordo com o critério por nós adotado, democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governe em nenhum dos sentidos óbvios dos termos 'povo' e 'governar'. Democracia significa tão somente que o povo tem a oportunidade de aceitar ou rejeitar os homens que hão de governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso por meios absolutamente não democráticos, tivemos de restringir a nossa definição acrescentando outro critério identificador do método democrático, a saber, a competição livre entre os aspirantes à liderança política pelo voto do eleitorado. Ora, é possível exprimir um aspecto desse critério dizendo que democracia é o governo do político (SCHUMPETER, 2017, p. 386).

Enfim, Schumpeter apresenta a compreensão de democracia como um método, um meio que permite o alcance de determinado fim, sendo este a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas, por parte dos líderes eleitos pelo povo.

Por outro lado, Miguel (2014), analisa criticamente a teoria das elites, bem como sua tese da 'democracia concorrencial', de Joseph Schumpeter, que se tornou uma corrente dominante na teoria democrática. O autor destaca que esta perspectiva é tão carregada de valores quanto suas teorias adversárias. Segundo o autor,

Ao aplicar o rótulo, politicamente prestigioso de 'democracia' aos regimes eleitorais do Ocidente, ao virar do avesso o conceito de democracia para adequá-lo a tais regimes e ao negar a possibilidade de qualquer avanço em direção a um regime mais participativo, ela cumpre um relevante papel legitimador do status quo. Isto é, possui um inocultável caráter político conservador (MIGUEL, 2014, p. 59-60).

Para Miguel (2014),

O significativo é que essa teoria da democracia, hoje predominante, tenha adotado, como visto, os pressupostos de uma corrente de pensamento destinada precisamente a combater a democracia: o elitismo. O principal ideal da democracia, a autonomia popular, entendida no sentido preciso da palavra, a produção das próprias regras, foi descartado como quimérico. No lugar da ideia de poder do povo, colocou-se o dogma elitista de que o governo é uma atividade de minorias. A descrença na igualdade entre os seres humanos – que, tradicionalmente, era vista como um quase sinônimo da democracia – levou, como corolário natural, ao fim do preceito do rodízio entre governantes e governados (MIGUEL, 2014, p. 60).

Com relação à consolidação da democracia contemporânea no Brasil, Janine Ribeiro (2019) afirma que chegamos a um impasse, pois todos os problemas acumulados, ao longo de séculos, explodiram. Desde a constituição de 1988, o país se defronta com a exigência, pelos mais pobres, que se quite uma dívida histórica, demonstrando que o passado nos condena. Para o autor, nosso país tem dificuldade de lidar com seu passado, por não saber ou por não querer. A exemplo disso temos a leniência com os antigos criminosos torturadores da ditadura militar (1964-1985), e a falta de uma postura clara da sociedade no repúdio àquilo que é antidemocrático e desumano. Ou, ainda, o discurso de ódio que foi posto fora da lei em diversos países europeus, no Brasil, ainda segue tendo livre circulação.

Miguel (2017) desenvolve a análise da democracia brasileira, a partir do processo de redemocratização fixado no ano de 1985, no retorno dos civis ao cargo presidência; em 1988, com a promulgação da nova Constituição do país; e, ainda, do ano de 1989, quando ocorreram eleições diretas para o cargo de presidente da república.

Nas suas conclusões, Miguel (2017, p. 52), destaca que a disputa política não se limita à sua expressão dentro das instituições pois, nos últimos anos no Brasil, estamos percebendo que a democracia eleitoral não é a única opção de ação política. A partir desta afirmação, destaca três constatações.

Inicialmente evidencia que, para entender a dinâmica do conflito político no país, é necessário considerar as forças sociais bem como os interesses que não se expressam nos canais institucionalizados. Estas forças e interesses sociais, às vezes, não têm potência suficiente para serem ouvidos por meio destes canais; outros têm força demasiada para aceitar serem contidos por eles (MIGUEL, 2017, p. 52).

Diante dos interesses do capital, a relação com o poder político nunca é contida completamente pelas regras vigentes da institucionalidade. O agravamento das tensões políticas dos últimos anos evidenciou que, para as classes dominantes do país, os pequenos avanços dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) já se mostravam excessivos. Ou seja, para entender a política e o funcionamento das instituições, é necessário considerar, centralmente, a relação do Estado com as classes dominantes (MIGUEL, 2017).

A segunda constatação destaca a necessidade de levar em conta o controle da informação, já que as narrativas da história política do Brasil tendem a ignorar a mídia ou dar-lhe um papel secundário. Assim, “(...) isso tem implicações tanto do ponto de vista da análise quanto da ação política: o controle da informação por um punhado de grupos privados permanece sendo um dos principais gargalos para a democracia no Brasil. Se conseguirmos restaurar os procedimentos democráticos mínimos e quisermos avançar um pouco a partir deles, essa é uma questão que não pode ser ignorada” (MIGUEL, 2017, p. 53).

A terceira conclusão é de que as instituições são, de forma simultânea, resultados, arenas e partícipes da luta política. Isto é, o mundo da política não pode ser visto como balizas fixas da disputa de projetos e interesses, alheias às disputas do complexo social. O golpe parlamentar que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016 mostra como o sistema de freios e controles não o preveniu ou o barrou, mostrando o que o sistema político pode expressar uma institucionalidade que é desigualmente porosa, ou seja, sensível a alguns interesses e quase impermeável a outros.

Segundo Miguel, desconsiderar este fator “[...] é abolir do nosso horizonte algo central que permite entender a política como uma disputa de interesses, vinculada aos grupos sociais que buscam reforçar ou contestar os mecanismos de dominação que atravessam a sociedade” (MIGUEL, 2017, p. 54).

Estas análises apontam para uma limitação da democracia brasileira, que parece se restringir nas garantias formais da competição política, sem considerar processos participativos mais amplos e contestação pacífica do poder. Estes últimos elementos políticos observados na realidade brasileira parecem coadunar com a transição para de um governo representativo na forma de democracia de público, tal como analisa Urbinati (2013).

Na análise de Urbinati (2013, p. 85-86),

(...) na democracia contemporânea, os partidos políticos, atores essenciais do sistema representativo desde seu surgimento na Inglaterra (...) mudaram sua função, mas não perderam importância ou acabaram, como se frequentemente se ouve dizer; a esta mudança deles correspondeu uma transformação da democracia de representativa em plebiscitária, com os esclarecimentos de que o plebiscitarismo contemporâneo não é feito de massas mobilizadas por líderes carismáticos(...). O novo plebiscitarismo é o de *audience*, o aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, um ator não coletivo que vive no espaço privado da domesticidade e, quando é agente sondado de opinião, atua como receptor ou espectador de um espetáculo encenado por técnicos da comunicação midiática e recitado por personagens políticos. A personalização do poder e da política é um sintoma e um sinal tanto da transformação dos partidos quanto da formação da democracia da *audience*.

Desta configuração emerge a ‘democracia de público’ atravessada pelo plebiscitarianismo, que sublinha a grande importância adquirida pelos grandes meios de comunicação, com seus monopólios, que reforçam a versão plebiscitária da democracia de audiência. A autora destaca um importante efeito antidemocrático que se expressa na perda dos eleitores de sua possibilidade de formar juízos críticos, visto que ocupam o posto de espectadores, tornando a política mais vulnerável e a democracia menos democrática.

Segundo Urbinati (2013), esta erosão do partido-organização não significou o fim do partido em si, mas o fim daqueles que buscavam a inserção na sociedade aspirando construir um consenso e obter uma afirmação, não apenas numérica, mas também de projeto. Assim, o declínio dessa forma de partido teve correspondência ao crescimento proporcional do partido eleitoralista, exclusivamente dedicado à reprodução de si mesmo, enquanto organismo interno às instituições, isto é, à reprodução da classe política.

Conforme Urbinati (2013), os indivíduos se caracterizam num aglomerado indistinto que compõe o público, com um sujeito que vive no seu espaço privado doméstico, atuando como um receptor ou espectador de um espetáculo hegemonizado pela comunicação midiática e orientado pelos personagens políticos.

O Brasil sempre dependeu de líderes autoritários, populistas e exaltados. Nas eleições de 2018, a direita aderiu massivamente à extrema direita, sem nenhuma preocupação com os direitos humanos, ambientais, com a independência na política externa ou com a importância do papel da educação no desenvolvimento econômico. No pleito de 2018, a esquerda saiu enfraquecida, mas com a direita democrática ficando ainda em pior condição (JANINE RIBEIRO, 2019)

Para o autor esta situação desequilibrou o quadro partidário brasileiro, considerando que temos cerca de trinta (30) partidos dos quais aproximadamente três foram relevantes nos últimos anos, sendo estes, o Partido dos Trabalhadores (PT), de centro-esquerda; o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), de centro; e o atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), disposto a dar governabilidade a qualquer dos dois anteriores.

O autor sublinha que a história brasileira se desnudou nas dimensões trabalhista, social e ambiental, e tornaram-se evidentes a corrupção, o patrimonialismo e a desigualdade, enquanto um projeto nutrido de sociedade, projetos meticulosamente elaborados de Estado. Ele sustenta que a desigualdade e a corrupção, no Brasil, existem porque foram planejadas e o país tornou-se um sucesso na desigualdade, na exclusão social e na corrupção. Assim, não há mais como esconder a cara horrível e desfigurada da redução das liberdades pessoais e políticas e dos direitos sociais e do poder aquisitivos dos mais pobres, no interior do que poderia ser a grande democracia dos trópicos.

Assim, sobre os elementos que qualificam uma real democracia, Moisés (2008) destaca dimensões nas quais a qualidade da democracia pode ter variação. Estas dimensões são a primazia da lei; a garantia da participação; a garantia da competição política; a existência das modalidades de *accountability* (vertical, social e horizontal); o respeito às liberdades civis bem como aos direitos políticos; a garantia da igualdade política e seus correlatos como a igualdade social e econômica; a responsabilidade de

governos e representantes na garantia de que os cidadãos possam avaliar e julgar se as políticas públicas e o funcionamento prático do regime - leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicas – de fato correspondem aos seus interesses e preferências (DIAMOND e MORLINO, 2004 apud MOISÉS, 2008, p. 15).

Podemos perceber que, com base nestas características definidoras da qualidade da democracia, de sua natureza, confrontadas aos dados da realidade brasileira, o Brasil se encontra distante de um real sistema político democrático, mesmo que no interior das amarras capitalistas. Entendemos que os limites e perspectivas da democracia brasileira se colocam como grandes desafios, frente a estes referenciais, reforçando a avaliação de Janine Ribeiro (2019).

No informe Latinobarómetro 2021, os dados referentes as evoluções do apoio à democracia na América Latina mostram que, ao final de 2020, observa-se uma queda do apoio à democracia relativo ao que vinha sendo registrado na última década até 2018. Isto é, **entre 2010 e 2018** o apoio à democracia havia caído de **63% para 48%**, registrando-se o índice de **49% em 2020** (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Dentre as explicações para esta redução do apoio à democracia na América Latina o referido informe aponta os protestos ocorridos em países como Chile, Colômbia e Equador ao final de 2019, resultado das desigualdades, discriminações e pobreza, bem como o estancamento da economia.

Ainda, os abalos políticos com a eleição de presidentes ligados à direita ou extrema direita, a exemplo dos casos do Equador (2021) e Brasil (2018); a derrota do governo nas eleições de constituintes para a Convenção que redigia a nova Constituição, no caso do Chile; ou as mudanças bruscas no Peru que levaram a desaparecer 16 partidos políticos, são importantes razões que explicam a crise de apoio aos regimes democráticos.

Segundo Latinobarómetro (2021), *“En ese contexto, el 49% de los latinoamericanos apoya la democracia, un 13% el autoritarismo y se mantiene alta la población al que el régimen de gobierno le es indiferente con un 27%. Desde que comenzaron las protestas en 2010 la democracia ha perdido en total 14 puntos porcentuales de apoyo”* (2021, p. 18).

É importante ainda destacar a análise do caso brasileiro que parece ter apresentado um histórico de reduzido apoio à democracia na região. Conforme a pesquisa,

En el caso de Brasil los mejores momentos de la democracia se produjeron durante el gobierno de Luis Ignacio Lula da Silva, de 2003 a 2010, cuando el apoyo alcanza un 55%, lo que contrasta con el 40% en 2020. Históricamente Brasil es el país de la región que tiene un apoyo a la democracia más bajo y débil. Nunca alcanza el 60% a diferencia de otros países. Brasil se mantiene en un sopor democrático de baja intensidad donde el apoyo ha llegado al 30% en 2001 en el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). En el año de la pandemia y con la llegada de Bolsonaro hay un aumento de seis puntos porcentuales desde el 34% en 2018 al 40% en 2020. Un impacto similar al del inicio de AMLO en México. El populismo de Bolsonaro no produjo ninguna luna de miel democrática. Brasil atraviesa por una compleja debilidad de sus instituciones bajo Bolsonaro que está preocupado de su sucesión, toda vez que su contendor Lula da Silva fue exonerado de los cargos y compite como favorito a las elecciones próximas (LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 23).

Os dados do Latinobarómetro (2021, p. 40), específicos ao que se refere ao ano de 2020, mostram que no Brasil, o apoio a democracia alcançava apenas 40% da população em confronto com 60% de não apoiadores. Assim, o Brasil ficou colocado dentre os países com as democracias mais vulneráveis da América Latina.

Segundo análise do Latinobarómetro (2021), em 2020, a pandemia de Covid-19, observou-se uma diminuição da percepção sobre as garantias cívicas e políticas, bem como as garantias econômicas e sociais, afetando também o aumento da fragilidade das democracias na região. Segundo o indicador, a participação política, a liberdade de expressão, a igualdade de gênero e o meio ambiente, são aspectos da vida latino-americanas que alcançaram pontos mínimos em 2020, indicando uma deterioração que via bem mais além da recessão econômica e dos problemas sanitários.

Os inúmeros protestos ocorridos na América Latina têm como base dos movimentos os protestos pela garantia dos direitos sociais, que agregam demandas pelas liberdades perdidas na pandemia e maior liberdade política, expressando reivindicações por uma melhor democracia.

Esta análise tende a corroborar com a explicação da literatura acerca da chamada “crise da democracia”, conforme podemos observar no capítulo anterior deste trabalho monográfico. Os dados acima mostram que menos da metade da população apoia a democracia na América Latina, sendo 49% a média latino-americana, e apenas 40% na média de apoio no Brasil.

A questão da satisfação indica como os governantes estão atuando em relação às demandas da população, mais do que um indicador político partidarista como aprovação do governo. Trata-se de como anda a democracia, se funciona ou não, para as pessoas, o governo e a forma como se usa o poder (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Os dados relativos aos estudantes envolvidos no estudo mostraram que apenas 2,8% está muito satisfeito e 7,5% está pouco satisfeito, totalizando **10,3% que demonstra algum grau de satisfação** com a atual democracia. Já em algum grau de insatisfação temos 31,8% não muito satisfeitos; e 57,9% nada satisfeitos, totalizando uma **insatisfação de 89,7%** dentre os estudantes universitários.

Tratando-se de América Latina, segundo Latinobarómetro (2021),

Desde 2013 viene subiendo la insatisfacción con la democracia del 51% al 70% en 2020, después de alcanzar su punto más alto en 2018 con un 72%. Al mismo tiempo, solo un 49% apoya la democracia, es decir, hay un 23% de latinoamericanos (resta de 72–49) “insatisfechos” con una democracia a la que no apoyan. Esa es la mayor fuente de protesta para las democracias latino-americanas. (LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 38).

Os dados evidenciam que o mal-estar ocorre com os que governam, mais do que com as democracias em si. Dentre os países que apresentam maior satisfação com sua democracia está Uruguai (68%), El Salvador (46%) e República Dominicana (39%). Ainda, 13, dos 18 países envolvidos no levantamento, apresentam uma satisfação inferior a um terço da população (LATINOBARÓMETRO, 2021). Este é o caso do Brasil que apresenta um percentual de 21% de sua população referente à satisfação com sua democracia no ano de 2020.

Estes dados podem somar-se com a análise de Levitsky e Ziblatt (2018) que caracterizam o período de 1990-2015 como o quarto de século mais democrático da história mundial, mas com uma crescente percepção de recuo da democracia em todo o mundo, expressando uma recessão democrática. No debate dos autores sobre um possível colapso das democracias tradicionais, destacam que uma das maneiras de arruinar e dismantelar uma democracia, na atualidade, tem sido através das ações de líderes eleitos.

Os autores afirmam que, desde o final da Guerra Fria, a grande parte dos colapsos democráticos não foi gerada por generais ou soldados, mas pelos governos eleitos. Isto é, as urnas podem ser, hoje, o início de possíveis retrocessos democráticos, muitos governos têm subvertido a democracia com ações vistas como 'legais', sendo aprovadas pelos legislativos e aceitas pelos tribunais.

As análises de Levitsky; Ziblatt (2018), sobre como as democracias morrem, afirmam também que os autocratas eleitos, muitas vezes, também tentam silenciar figuras expressivas no campo cultural, artístico, intelectual, desportista, etc. cuja popularidade ou expressão possa vir ameaçar seu governo. Ou, ao contrário, preferem cooptar estas personalidades visando uma acomodação e respaldo, desde que atuem supostamente distantes da política. Ou ainda, criam trincheiras no poder tais como reformas da Constituição, do sistema eleitoral e de instituições, enfraquecendo-as na sua capacidade de oposição e permitam virar o jogo contra os seus 'rivals'.

No Brasil, esta tônica tornou-se bastante comum na ação do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), reforçando e aprofundando o ataque ao sistema democrático brasileiro, que já havia sido golpeado em 2016, com o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, durante a metade do seu segundo mandato. Este último período histórico, vivido no Brasil nesta última década (2013-2023), pode ter contribuído para a redução intensa do apoio à democracia. Podemos dizer que muitas das ações deste último governo, intensificaram o esvaziamento substancial do sistema democrático brasileiro, sem que a mesma fosse extinta formalmente.

Tendemos a concordar que esse índice inédito de um dos menores percentuais de apoio à democracia da América Latina, no caso brasileiro, pode passar, conforme análise de Balestrin (2018), pelo recuo democrático introduzido nas 'pós-democracias' com a ruptura, fragilização ou relativização dos princípios básicos dos sistemas democráticos, ocorrendo por dentro das próprias instituições democráticas, sem que se recorra ao recurso da violência, tal qual durante os golpes militares, já vividos nos países latino-americanos. Caracterizou-se assim, o esvaziamento da política somada à colonização da economia, expressando as disputas entre a democracia e o neoliberalismo, entre o povo (soberania popular) e a elite (governo), bem como do nacional e do global.

Considerando os fatos recentes da democracia brasileira, a tese defendida por Urbinati (2013), de que estamos sim vivendo fenômenos que podem caracterizar um processo político transitório de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, pode vir a ser confirmada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de fechamento deste trabalho, cabe retomar nossa pergunta de pesquisa, bem como a hipótese do estudo. Inicialmente, a nossa questão investigativa que trata de quais as características político-institucionais no Brasil e os processos de participação política frente à crise dos sistemas democráticos na atualidade brasileira

Os diversos estudiosos do tema parecem ter acordo de que os sistemas democráticos na atualidade passam por uma intensa crise, e destacam diferentes fatores causais, tais como: a intensificação das desigualdades sociais, oriundas das políticas neoliberais; a fixação da esquerda liberal ao multiculturalismo bem como às políticas identitárias; aumento de poder e importância às políticas de nacionalistas evangélicos e cristãos; a expansão de oligopólios de empresas midiáticas transnacionais; a difusão de ideais xenofóbicos de intolerância religiosa, racial, étnica ou de gênero; o racismo duradouro, a desigualdade neoliberal no norte global somada a imigração em massa do sul para o norte, intensificando ideologias de xenofobia do norte global; governos populistas que visam substituir o partido democrático pela democracia populista, que se baseiam na relação direta entre o líder e aqueles que o mesmo define como pessoas boas, somada a superlativa autoridade do público; e por políticas de parcialidade, não dissimuladas, supostamente direcionadas a uma ‘maioria’ parcial; dentre outros demais elementos.

No Brasil, centralmente no período de 2016-2022, tivemos experiências particulares, das crises pelas quais os sistemas democráticos têm passado. Em curto espaço de tempo, considerando o viés histórico, vivemos um intenso ataque às instituições democráticas como o ao sistema eleitoral e sistema judiciário; além de processos explícitos de ataques à imprensa e à algumas dimensões das liberdades políticas e civis; valorização da moralidade tradicional na sociedade; o incentivo ao armamento da sociedade civil através da aprovação de leis; relutância em aceitar a oposição; o aumento da corrupção e uso da máquina pública visando interesses corporativos; a intensificação de políticas neoliberais no campo econômico, demonizando o papel político e social do Estado e avançando com privatizações de empresas estatais; além de uma intensificação da destruição de políticas públicas na saúde – lembremos os dados em relação à pandemia Covid-19 –, educação; meio ambiente; econômicas; agrícolas; de segurança, esporte e lazer, dentre outras.

Esta experiência histórica pode ter um viés de explicação, segundo o que vem ocorrendo nas democracias do mundo todo, conforme nos explicou Mounk (2019), que aponta dois acontecimentos aparentemente distintos. Um deles passa pelas preferências do povo que têm sido cada vez mais iliberais, frente aos eleitores que estão cada vez mais impacientes frente às instituições independentes e com menor tolerância aos direitos de minorias étnicas e religiosas. Esse fator se soma, ao segundo acontecimento no qual as elites têm assumido o controle do sistema político, tornando-o insensível às opiniões do povo, colocando em conflito o liberalismo e a democracia.

Os acontecimentos no Brasil, do último período, corroboram com a leitura de Brown (2019), sobre o fato de a racionalidade neoliberal ter preparado o terreno, para a busca de mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas, nessa segunda década do século XXI. Concordamos com a autora quando afirma que a compreendermos das raízes e as forças da atual situação, é fundamental avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberal, e não nos limitarmos a análise das condições econômicas que a geraram.

Exige avaliarmos que o avanço das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas, teve suas origens, não apenas na raiva instrumentalizadas dos indivíduos, ressentidos racialmente e abandonados economicamente, mas vem sendo desenhada há três décadas através dos assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. Tais evidências teóricas, puderam ser observadas, em dados observados na revisão, tais como os percentuais de apoio à democracia na América latina e no Brasil.

A média da população brasileira, de acordo com os dados citados do Latinobarômetro (2021), anunciou que o Brasil está entre os países com o menor grau de satisfação, alcançando apenas 21% de sua população que afirma estar satisfeita com a democracia no país, em pesquisa referente ao ano de 2020. Isto quer dizer, ao mesmo tempo, que 79% da população brasileira, em média, estavam insatisfeitos com nossa democracia no ano de 2020.

Os resultados evidenciam que podemos estar vivendo um processo político transitório, de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência e a prática política aproxima do modelo democrático elitista, que essencialmente garante o direito de escolha de seus representantes através de eleições livres regulares.

Recuperando a hipótese da pesquisa, os elementos e fatos históricos demonstrados pela pesquisa, na história recente do Brasil, evidenciam a hipótese que o país pode estar vivendo um processo político transitório, passando de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, ou democracia de público. Ou seja, reduzindo o sistema democrático a uma forma de plebiscitarianismo, com baixa participação ativa dos sujeitos; e com grande importância dada aos meios de comunicação dominantes, com seus monopólios, que intensificam a versão plebiscitária de uma democracia de audiência.

Ainda, os dados, somados aos elementos de análise teórica, mostram que esta democracia de audiência é acompanhada apenas de sujeitos espectadores, que não participam de nenhuns espaços de tomada de decisão, mas apenas delegam as decisões aos seus representantes eleitos a cada novo período eleitoral. Tais processos tem intensificado a perda das pessoas de sua capacidade de formação de juízos críticos e tornando a política e a democracia mais vulneráveis e cada vez menos democráticas.

Caso essa constatação tenha realmente validade, estamos diante da necessidade histórica e urgente de que os sujeitos coletivos, colocados no campo político da esquerda brasileira, desenvolvam uma práxis que tenha como referência os grandes desafios colocados para as organizações populares da luta social.

Nesse sentido, trata-se de retomada de ações efetivas, referenciadas na construção de um projeto político para país balizado na igualdade social, humanista; que valorize os interesses coletivos acima dos individualistas, ou de setores vinculados ao mercado capitalista.

Trata-se da valorização, e não exploração, do trabalho humano; do acesso amplo e coletivo aos bens materiais gerais como alimentação, saúde, moradia, saneamento básico, educação, esporte e lazer, emprego, energia elétrica, comunicação, etc.

Os desafios para uma real democracia, conforme caracterizam os autores, mesmo diante dos limites e contradições da sociabilidade capitalista, estão postos na realidade do país, nas suas várias dimensões e possibilidades, não apenas ao sistema político. Entendemos que a natureza real da perspectiva democrática, necessita ser retomada, garantindo-se a igualdade de condições comuns a toda a população brasileira.

E ao perguntarmos sobre o futuro da democracia no mundo, e no Brasil, concordamos com Janine Ribeiro (2019), o qual destaca que não há mais democracia que não seja social, já que os direitos políticos nunca serão iguais se as pessoas não possuem igualdade de oportunidades e, isso, depende da configuração da sociedade. Ou seja, a democracia não se trata de um regime apenas do Estado, mas é também da sociedade.

Entendemos que a presente pesquisa apresentou algumas limitações, tal como prescindir de uma coleta de dados empíricos junto a amostras da população brasileira. De qualquer modo, este trabalho se materializou com intensos aprendizados e reflexões que puderam andar a par e passo com o calor dos acontecimentos do país e na vivacidade dos fatos ligados à nossa jovem democracia.

Recomendamos possivelmente a ampliação deste tipo de estudo, com diferentes recortes populacionais, tal como a realização de *surveys* com amostras entre diferentes extratos populacionais; visando estudos aprofundados, e comparados, que permitam contribuir com um maior, e melhor, entendimento das entranhas do sistema democrático brasileiro.

A fase histórica em que vivemos nos apresenta intensos desafios colocados à humanidade, às sociedades modernas e, particularmente, à sociedade brasileira. Um destes desafios nos leva a confrontar com qual o tipo, ou os tipos, de sistemas políticos, e suas formas de organização e representação social, que poderão promover o desenvolvimento da espécie humana, sem que esta ameace a sua própria existência, bem como a existência dos demais seres vivos do planeta.

Cabe ao conjunto das sociedades contemporâneas a capacidade de decisão sobre qual caminho da encruzilhada deverá seguir em relação aos modelos de governos democráticos que melhor promova, às pessoas, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, no interior de uma sociedade que alcance a máxima do respeito, igualdade e democracia.

NOTAS

1. Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de desigualdade ao acesso à terra. Conforme o documento, “O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab da Esalq/USP, 28% das terras privadas têm tamanho superior a 15 módulos fiscais. Os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km² se formassem um país. Apenas com nossas terras improdutivas poderíamos ainda formar outro país de dimensões continentais: os 66 mil imóveis declarados como “grande propriedade improdutivo”, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares. Sozinho, este estoque de terras seria suficiente para suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos 809.811 produtores rurais sem-terra.” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 14). Em outra matéria publicada pelo governo do Ceará, o índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil foi de 0,73 afirmando a posição do Brasil dentre os países com maior desigualdade do mundo no tema. A desigualdade é maior nos Estados com a maior produção de commodities em grandes imóveis, tais como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Bahia. Já se encontra mais baixa em Estados com maior presença da agricultura familiar e diversidade agrícola, tal como Santa Catarina, Amapá e no Espírito Santo (IDACE, 2020).

2. Conforme já nos referimos anteriormente, chamada bancada do “boi, bala e bíblia” (BBB) se trata de uma coalização de representantes do agronegócio brasileiro, da linha dura na segurança pública e, ainda, do fundamentalismo cristão. Esta bancada passou por uma reconfiguração aumentando o seu número representativo na legislatura de 2019-2023, frente ao período anterior. Nesse caso, entre 2014-2018, os ruralistas eram 109 e passaram para 77 representantes. Porém, cresceram os evangélicos, que passaram de 75 para 85 representantes; e os defensores da indústria armamentista, que passou de 35 para 61 deputados. Computados, estes três setores corporativistas, juntos, passaram de 219 para 223 deputados na atual legislatura de 2019-2023 (TATEMOTO, 2019). No quesito representação por raça e gênero, em matéria do senado federal, datada de 26 de novembro de 2021, foi publicada a avaliação do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Na análise da 56ª Legislatura (2019 - 2022), constatou-se que havia apenas 04 homens eleitos autodeclarados negros do total de 81 senadores. Já na Câmara de Deputados, do total de 513 deputados, 125 se autodeclararam negros (104 pardos e 21 pretos), correspondendo a 24,3% do total frente a 75% de brancos. Em relação a composição de gênero, na Câmara encontramos 436 deputados homens e apenas 77 mulheres, representando um percentual de 15% diante do fato de que a população brasileira seja majoritariamente de mulheres que totalizam 51,5% da população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (AGÊNCIA SENADO, 2021).

3. Segundo a Organização Não Governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), as 50 maiores empresas de comunicação pertencem a 26 grupos econômicos. Ainda, políticos são proprietários de veículos de comunicação, mesmo diante da proibição constitucional. Segundo a matéria, o mercado da mídia no Brasil é dominado por ‘dinastias familiares’, que concentram poder político e econômico, detendo uma rede de poder em uma malha estendida por todo o território nacional. O relatório da ONG afirma que mesmo a tecnologia digital ou avanço da internet, ou mesmo esforços regulatórios pontuais limitaram a composição de oligopólios midiáticos. O relatório afirma que “Assim como os ruralistas, antes chamados de latifundiários, os proprietários dos meios de comunicação possuem um vasto território nas ondas das TVs e das rádios, combinando interesses econômicos e políticos com o controle rigoroso da opinião pública.”. “Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/midia-no-brasil-ainda-e-controlada-por-poucos-diz-estudo,d3f0e0330108eb3944b6ed9fe681066b94j2hbbv.html> . Consulta em 31 de maio de 2021.

4. Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), a primeira mulher eleita presidente no Brasil, teve seu primeiro mandato entre 2011 e 2014. Na eleição de 2014, a então presidenta reconduziu sua candidatura a um segundo mandato tendo sido reeleita em números absolutos com 54,5 milhões de votos, totalizando o percentual 51,64% do montante válido. O candidato de oposição, já no segundo turno das eleições, era Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira), o qual obteve em números 51,04 milhões, representando 48,36% dos votos. O segundo mandato da presidenta deveria estender-se de 2015 a 2018. O golpe parlamentar decorrido ao longo deste segundo mandato a depôs em 31 de agosto de 2016. GLOBO. Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. Edição de 27/10/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html> . Acesso em 31 de maio de 2021.

5. É importante explicitar aqui as possíveis traduções do termo em inglês “audience”, o qual pode significar, público, audiência, plateia, espectador, ouvinte, audição.

6. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em junho de 2023, temos registrado o montante de 30 partidos políticos registrados no TSE. Deste total de partidos registrados, temos o mais antigo com registro de 30.6.1981 [Movimento Democrático Brasileiro – MDB]; enquanto o registro mais recente data de 8.2.2022 [União Brasil – UNIÃO]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse> . Consulta em 01 jun. 2023.

7. Trata-se da responsabilização, da prestação de contas frente a processos públicos. Exemplo “Public companies have an accountability towards society.” (Empresas públicas têm responsabilidade perante a sociedade.).

8. Por decisão pessoal, a autora do texto escreve conforme o novo acordo ortográfico.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Fadiga da Democracia. In: GEISELBERGER, Henrich. **A Grande Regressão** – Um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo, Estação Liberdade, 2019, p. 19-36.

ALMOND, Gabriel a. & POWEL Jr., Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho. In: **Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política social, módulo I**. Brasília, CEAD, 1999, p. 19-31.

AGÊNCIA SENADO. **Branco dominam representação política, aponta grupo de trabalho**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho> . Acesso em 18 de out. 2022.

ARAÚJO FILHO, Valdemar F. de. **A Crise da Democracia Brasileira e os Limites dos Padrões de Incorporação Política Vigentes Durante do Governos dos Partidos dos Trabalhadores**. In: Anais do 56º Congresso Internacional de Americanistas. Salamanca, Espanha, 15 a 20 de julho de 2018.

BABBIE, E. A Ciência e as Ciências Sociais. In: **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, p. 57-76.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, Pelotas, vol. 4, n. 2, 2018.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais**. Série Graduação, n. 23, Porto Alegre, EDUEFRGS, 2001, p. 28-81.

BARBER, Benjamin R. **Democracy** - participatory politics for a new age. Los Angeles: University of California Press, 1984.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **Depois de Junho**: qual futuro para uma esquerda pós-petista? In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia (orgs.). **Encruzilhadas da Democracia**. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 65-87.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023. **A Composição da Câmara** – Deputados que tomaram posse em 1o. de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/> . Consulta e 20 Jun. 2023.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das Ciências Sociais no Brasil. **Sociologias**, v.14, n.31, p.94-119, 2012.

CARRANÇA, Thaís. **Bolsonaro derrotado**: 10 armas usadas sem sucesso na tentativa de reeleição. BBCNEWS Brasil. São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63419897> . Acesso em: 23 fev. 2023.

CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968**: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **Revista História: questões & debates**. Curitiba, Editora UFPR, n. 40, p. 11-36, 2004.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo, EDUSP, 1997.

DATAFOLHA. **Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro**. São Paulo, abr. 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2022/04/bolsonaro-e-reprovado-por-49-e-aprovado-por-28-em-sao-paulo.shtml> . Acesso em: 22 fev. 2023.

DURAND PONTE, Victor M. **Determinantes e Consequências da Desconfiança no México**. In: MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010, p. 243-272.

FERNANDES, Florestan. A crise do ensino: contrastes do crescimento sem democracia – O novo ponto de partida. In: _____. **O desafio educacional**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1989.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

GZH. **Brasil teve 10% das mortes oficiais por covid-19 no mundo**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/05/brasil-teve-10-das-mortes-oficiais-por-covid-19-no-mundo-clh5tf3o002l01jevq36l66u.html> . Acesso em: 01 jul. 2023.

IBGE/PNAD. **Rendimento de todas as Fontes 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Brasília, DF, 10 jun. 2022. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjLhbS5wqn9AhX-GbkGHdhjDvoQFnoECAkQAAQ&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Flivros%2Fliv101709_informativo.pdf&usq=AOvVaw1ULqhKwRev4NjKSfoKTv4g . Acesso em: 22 fev. 2023.

IDACE. **Estudo mostra o mapa da desigualdade da distribuição de terra no Brasil**. IDACE, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/#:~:text=O%20índice%20de%20Gini%20da,desigualdade%20do%20mundo%20neste%20tema> . Acesso em 21 out. 2022.

INFOMONEY. **Classes D e E continuarão a ser mais da metade da população até 2024**. São Paulo, 26 abr. 2022. Caderno Desigualdade Social. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/> . Acesso em: 21 mar. 2023.

JANINE RIBEIRO, Renato. O Brasil Voltou Cinquenta Anos em Três. In: GEISELBERGER, Henrich. **A Grande Regressão** – um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo, Estação Liberdade, 2019, p. 315-344.

LATINOBARÔMETRO. **Informe 2021**. Santiago, Chile, 2021. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp> . Acesso em: 03. abril 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

MACIEL, Bruna. **A onda conservadora latina: eleições no Equador**. PET Relações Internacionais UNB. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://petrel.unb.br/destaques/132-a-onda-conservadora-latina-eleicoes-no-equador> . Acesso em: 22 fev. 2023

MANIN, Bernard. Metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, 1995.

- MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vol. 23, n. 66, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Democrática Atual: esboço de mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 59, pp. 5-42., 1º. Semestre de 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Elitista**. In: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo, Unesp, 2014, p. 27-61.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia Fraturada**: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade a ciência política. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia (orgs. Encruzilhadas da Democracia. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 45-63.
- MONTEIRO, M. M.; MOURA, J. T. Vaz de; LACERDA, A. D. F. Teorias da democracia e a práxis política social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 38, jan/abr 2015, p. 156-191.
- MOTORYN, Paulo. **Bolsonaro usa máquina com pacote bilionário de 9 medidas eleitoreiras no 2º turno**. Brasil de Fato, Brasília, 15 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/bolsonaro-usa-maquina-com-pacote-bilionario-de-9-medidas-eleitoreiras-no-2-turno>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- MUNCK, Geraldo L. e LEFF, Carol Skalnik. Modos de Transição em Perspectiva Comparada. In: **Lua Nova**, n. 40/41, São Paulo, 1997.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL Jr. J. T. P. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Rev. Opinião Pública**, Campinas. Vol. 13, no. 2, nov. 2007, p. 388-408.
- PARIZOT, Isabelle. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, S. (org). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 85-101.
- PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDON, Cassiano. **Democracy's Value**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999, p. 23-55.
- SALES, Carla V. As Máscaras da Democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos Dahlsianos. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, 24, p. 233-245, jun. 2005.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo, Unesp, 2017.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- SALLUM JUNIOR, Brasílio. **Labirintos** - dos generais a nova república. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. & GLASS, V. **Altas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2018.

SENADO NOTÍCIAS, 2022. **Bancadas do Senado estarão mais concentradas em 2023**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/31/bancadas-do-senado-estara-mais-concentradas-em-2023> . Acesso em 12. mar. 2023.

SOARES, G. A. D. **O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil**. Sociologia, problemas e práticas, n. 48, p. 27-52, 2005.

STEPAN, Alfred. **O Corporativismo e o Estado**. In: STEPAN, Alfredo. Estado Corporativismo e Autoritarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 71-98.

TATEMOTO, Rafael. Bancada BBB se reconfigura e pode ampliar influência nos próximos quatro anos. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatro-anos>. Acesso em 20 Out. 2022.

TSE. **Eleição Geral Ordinária 2022**. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> . Acesso em mar. 2023.

TOKARNIA, Mariana. **Rendimentos de brasileiros caíram 8,7% no primeiro trimestre de 2022** - mulheres tiveram queda maior que os homens nos rendimentos efetivos. Agência Brasil, Brasília, 16 jun. 2022. Caderno Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/rendimentos-de-brasileiros-cairam-87-no-primeiro-trimestre-de-2022> . Acesso em: 22 fev. 2023.

URBINATI, Nádia. **Da Democracia de Partidos ao Plebiscito da Audiente**. In: Lua Nova, São Paulo, Vol. 89, p. 85-105, 2013.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2006.

URBINATI, Nadia. **Me the People. How Populismo Transforms Democracy**. London, Englan, Harvard University Press, 2019.

VÁZQUESZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

VEJA. **Branços, nulos e abstenções batem recorde e somam 42 milhões de pessoas**. Revista Veja Online, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/brancos-nulos-e-abstencoes-batem-recorde-e-somam-42-milhoes-de-pessoas/> . Acesso em: 25 fev. 2023.